

SUMÁRIO

Prefácio — Clayton Reis	15
Introdução	21
Parte I — Teoria Geral da Relação Jurídica	25
1. Obrigação, dever e sujeição	25
2. Obrigação, ônus e responsabilidade	30
3. Relação jurídica obrigacional numa perspectiva dinâmica	31
4. Elementos da relação obrigacional	34
4.1. Sujeitos	34
4.2. Objeto	39
4.3. Garantia	43
4.4. Fato jurídico	45
Resumo da Parte I	46
Parte II — Contrato de Trabalho	50
1. Contrato de trabalho como fonte de obrigação	50
2. Contrato de trabalho como negócio jurídico	53
3. Contrato de trabalho: concepção atual e resistências	58
3.1. Reaproximação do direito do trabalho com o direito civil	59
3.2. Proteção do trabalhador e flexibilização do contrato	60
3.3. O novo conceito de subordinação	62
3.4. Rigidez da lei trabalhista: a falácia do discurso	67
4. Flexisegurança nas relações de trabalho. O novo debate europeu	70
Resumo da Parte II	74
Parte III — Teoria Geral da Responsabilidade Civil	78
1. Conceito e fundamentos	78
2. Responsabilidade civil contratual e aquiliana	80
3. Ônus da prova	84
4. Responsabilidade subjetiva e objetiva: evolução histórica	87
4.1. Teorias objetivas do risco	93
4.2. Teoria do risco da atividade econômica	97
Resumo da Parte III	100

Parte IV — Responsabilidade Civil Pré e Pós-Contratual	106
1. Responsabilidade civil pré-contratual	106
2. Distinção entre negociações prévias e pré-contrato	109
3. Dano pré-contratual: responsabilidade contratual ou aquiliana?	110
3.1. Violação ao dever de informação e de proteção de dados	113
4. Competência material da Justiça do Trabalho	114
5. Ônus da prova	116
6. Dano pós-contratual	117
6.1. Prescrição do dano pós-contratual	118
6.2. Ônus da prova	120
Resumo da Parte IV	121
Parte V — Elementos da Responsabilidade Civil	125
1. Espécies de responsabilidades no contrato de trabalho	125
2. Inexecução contratual	127
2.1. Indenização suplementar e cláusula penal	130
2.2. Obrigações principais, secundárias e deveres anexos	130
3. Ato ilícito e culpa	134
3.1. Excludentes de ilicitude: legítima defesa, exercício regular de direito e estado de necessidade	136
3.2. Graus de culpa	138
3.3. Abuso de direito	140
4. Dano material e moral	142
4.1. Conceito de dano moral	145
4.2. Enquadramento do dano estético	151
4.3. Dano moral sofrido pela pessoa jurídica	151
4.4. Fixação do valor do dano moral	152
4.5. Dano moral coletivo	156
4.5.1. Ação civil pública na Justiça do Trabalho	158
5. Nexo causal	161
5.1. Excludentes da responsabilidade	163
Resumo da Parte V	165
Parte VI — Honorários Advocatícios	175
1. Cabimento de honorários advocatícios	175
2. Princípio da reparação integral	175
3. Desnecessidade de assistência sindical	177

4. Revogação da Lei n. 5.584/70 e seus efeitos	178
5. Hipóteses de cabimento de honorários	179
Resumo da Parte VI	180
Parte VII — Acúmulo e Desvio Funcional	182
1. Inexecução contratual	182
2. Locupletamento	183
3. Da ilicitude da ordem patronal	183
4. Desempenho de atividades afins ou correlatas	184
5. Da indenização por acúmulo e desvio funcional	187
Resumo da Parte VII	189
Parte VIII — Dano Praticado por Empregado ou Preposto Terceirizado	191
1. Responsabilidade do empregador por fato de terceiro	191
1.1. Presunção de culpa do empregador	193
1.2. Plano objetivo e subjetivo da responsabilidade	195
2. Responsabilidade do tomador na terceirização do serviço	197
3. Reparação do empregador por dano causado pelo empregado	200
3.1. Desconto previsto em instrumento normativo da categoria	202
Resumo da Parte VIII	203
Parte IX — Assédio Sexual e Moral	207
1. Assédio sexual e moral: conceito e alcance	207
2. Assédio moral organizacional e a Síndrome de Burnout	211
3. Efeitos contratuais decorrentes da prática do assédio	214
4. Responsabilidade direta e indireta da empresa	215
5. Dano material e moral	217
6. Prova judicial do assédio	218
Resumo da Parte IX	220
Parte X — Responsabilidade Civil e Acidente do Trabalho	223
1. Acidente típico e doença ocupacional	223
2. Acidente do trabalho por concausa	226
3. Acidentes por equiparação legal	228
4. Custeio do seguro de acidente do trabalho	230
5. Benefícios previdenciários acidentários	233
5.1. Caso dos empregados domésticos	235
6. Seguro privado contra acidentes	236

7. (Im)possibilidade de compensar as indenizações	239
7.1. Compensação do valor do SAT na indenização judicial. Impossibilidade	239
8. Competência judicial para a ação acidentária	244
8.1. A nova competência trazida pela EC n. 45	248
9. Constitucionalização da responsabilidade civil	250
10. Elementos da responsabilidade civil	254
10.1. Dano acidentário	255
10.2. Culpa acidentária (e a responsabilidade subjetiva)	256
10.2.1. Normas Regulamentadoras (NR do MTE)	262
10.2.2. Atividades de risco (e a responsabilidade objetiva)	267
10.2.3. Danos ambientais	269
10.2.4. Atividade normal de risco prevista no Código Civil	270
10.3. Nexo causal e excludentes da responsabilidade civil	273
11. Ônus da prova nas ações acidentárias	279
11.1. A presunção <i>juris tantum</i> de culpa patronal	281
11.2. Distribuição do ônus da prova	282
12. Garantia de emprego do acidentado	284
13. Nexo técnico epidemiológico e os efeitos sobre a ação indenizatória	288
13.1. Da impugnação pela parte interessada	291
13.2. Repercussão do NTEP nas ações trabalhistas acidentárias	292
13.3. Fator acidentário previdenciário: uma questão de equidade	295
13.4. Críticas e vantagens do novo sistema	296
Resumo da Parte X	298
Parte XI — Indenização decorrente de Acidente do Trabalho	315
1. Danos materiais acidentários	315
1.1. Indenização no caso de morte da vítima	315
1.1.1. Prestação de alimentos por meio de pensão	316
1.1.2. Duração provável da vida da vítima	317
1.1.3. Dependentes do acidentado falecido	318
1.1.4. Dependentes do acidentado falecido	318
1.2. Indenização pela incapacidade temporária	320
1.3. Indenização pela incapacidade permanente	322
1.3.1. Valor da pensão na incapacidade total	324
1.3.2. Pagamento de uma só vez	326
1.3.3. Valor da pensão na incapacidade parcial	327
1.3.4. Modificações supervenientes no estado de saúde	329

2. Prova pericial	330
3. Constituição de capital como garantia da pensão	333
4. Indenização do dano moral acidentário	335
4.1. Parâmetros para o arbitramento	337
4.2. Forma de pagamento, legitimidade e rateio da indenização por dano moral	339
5. Reflexo criminal do dano acidentário	342
Resumo da Parte XI	343
Parte XII — Prescrição da Ação Trabalhista Reparatória e Acidentária	350
1. Prescrição e competência trabalhista	350
2. Prescrição quinquenal para pretensão trabalhista	353
2.1. Conceito de crédito trabalhista	355
3. Prescrição das ações acidentárias	356
3.1. Aplicabilidade do prazo prescricional geral (art. 205 do novo Código Civil)	357
4. Regras de transição	360
5. Efeitos da redução do prazo prescricional	364
6. Dano acidentário pós-contratual	366
7. Declaração <i>ex-officio</i>	367
8. Interrupção, impedimento e suspensão do prazo	368
Conclusão e Resumo	372
Parte XIII — Fundamentos para uma adequada e Sistematizada Teoria da Responsabilidade Civil na Esfera do Direito do Trabalho	375
1. Solidarismo contratual previsto na Constituição Federal	375
2. A limitação da vontade no contrato de trabalho	379
3. Flexibilização ou solidarismo contratual?	381
4. Tutela à personalidade do empregado	386
5. Função social da empresa	392
6. Ética na empresa	396
7. A boa-fé e o abuso de direito	399
Resumo da Parte XIII	405
Conclusão	411
Referências Bibliográficas	415